



TURISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA “ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RECIFES DE CORAIS” (APARC)

*Tourism, Protected Areas and Social Inclusion:
An analysis of the “Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais” (APARC)*

Wagner Araújo Oliveira¹
Kerlei Eniele Sonaglio²

Resumo: O trabalho objetiva conhecer como o planejamento e a gestão do turismo no âmbito da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) vêm sendo desenvolvido sob a ótica da inclusão social das populações tradicionais do entorno. Adotou-se a abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, como também apreciação de documentos oficiais e legais e o método de análise escolhido foi a análise de conteúdo. Foi possível constatar que o processo de criação da APARC não foi conduzido de modo participativo e consultivo em seus processos de criação e implementação. Além disso, foi possível perceber que a inclusão social está atrelado, exclusivamente, a capacidade da atividade em gerar emprego e renda, sobretudo com a criação de novos postos de trabalhos que o mercado turístico oferece. Nesse sentido, permite-se afirmar que a concepção desse conceito impera em uma abordagem majoritariamente econômica, marcada por um discurso reducionista.

Palavras-Chave: Turismo. Inclusão Social. Unidades de Conservação. Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais.

Abstract: The objective of this work is to understand how planning and management of tourism within the scope of da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) has been developed under the perspective of social inclusion of the traditional populations of the environment. The qualitative approach was adopted, with an exploratory and descriptive character, semi-structured interviews were carried out, as well as an appreciation of official and legal documents and the analysis method chosen was content analysis. It was possible to verify that the process of creation of APARC was not conducted in a participatory and consultative way in its creation and implementation processes. In addition, it was possible to perceive that social inclusion is exclusively linked to the capacity of the activity to generate employment and income, especially with the creation of new jobs that the tourism market offers. In this sense, it is possible to affirm that the conception of this concept prevails in a mainly economic approach, marked by a reductionist discourse.

Keywords: Tourism. Social inclusion. Protected Area. Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais.

¹ Mestre em Turismo (UFRN); Especialista e Gestão ambiental (IFRN) e Bacharel em Turismo (UFRN). E-mail: wagnercnm@hotmail.com

² Professora Associado I da Universidade de Brasília (UnB) e atua como professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da UFRN. E-mail: kerleisonaglio@gmail.com

INTRODUÇÃO

O estabelecimento de áreas protegidas é uma das alternativas mais utilizadas para a conservação da natureza. Sendo assim, é uma das estratégias relevantes para combater o uso desenfreado e predatório dos recursos naturais. A instituição dessas áreas tem enfrentado diversos desafios e, parte disso está diretamente relacionado como foi dado o processo de criação e como está ocorrendo a gestão das áreas. Segundo Bensusan (2006) é possível averiguar que muitos dos desafios têm ligação direta com as comunidades locais despejadas, as restrições de uso dos recursos naturais e, frequentemente, os gestores não tem levado em consideração os conflitos sociais e culturais que a criação da área protegida causou.

Nesse sentido, cada vez mais as Unidades de Conservação (UCs) constituem um fator fundamental no ordenamento ambiental dos territórios. Portanto, é importante discutir sob uma perspectiva interdisciplinar os dispositivos e estratégias que os países têm assumido no caminho da conservação da natureza. O alvo é propiciar democraticamente a plena aplicação das ferramentas de lei que têm sido construídas, mas que precisam, por outro lado, evoluir e responder às novas necessidades e características das sociedades e da problemática ambiental, tanto local quanto global. Para Lasso (2008), os trabalhos de pesquisa que abordam processos participativos em UCs são fundamentais porque reconhecem o papel das populações humanas na sua gestão e oferecem subsídios para viabilizar a conservação dos recursos naturais.

Na discussão sobre alternativas para proteção e/ou conservação dos recursos naturais e a promoção da inclusão social, via de regra, o turismo emerge como panaceia na retórica incluída nas políticas públicas do Brasil. Nesse sentido, o que se veicula é a ideia do turismo como veículo promotor e alternativo para o desenvolvimento econômico local. Mas, o que se almeja a partir dos estudos turísticos é que o planejamento turístico seja enveredado como um veículo potencial para transformação social e como alternativa para a conservação e a inclusão social. A inclusão e a participação da sociedade no planejamento e gestão do patrimônio natural constituem um tema chave na contemporaneidade, tal fato evidencia a necessidade da discussão acerca de turismo em UCs e inclusão social por meio de novas formas de se pensar a pesquisa acadêmica e as políticas públicas.

A permanência de populações humanas no interior de áreas protegidas é uma temática que baseia diversos estudos acadêmicos e debates no âmbito das políticas públicas. Em geral, as populações tradicionais não são “destruidoras da natureza”, principalmente quando dependem da reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para sua

sobrevivência e quando o sistema de produção em que está inserido não é marcado pela rápida acumulação de capital (Diegues, 1996, 2000a).

Contudo, percebe-se que o discurso dos órgãos ambientais tenta promover a inclusão social dessas populações no contexto das áreas protegidas, visando o turismo como uma das alternativas. Para tanto, a atividade turística precisa ser pensada de modo que contribua para reaproximar as populações tradicionais das áreas protegidas, mas em muitos casos tem afastado ainda mais esses grupos populacionais do processo de gestão do patrimônio natural e cultural que historicamente contribuíram para proteger (Arruda, 1997; Diegues & Arruda, 2001; Silveira-Junior & Botelho, 2011). O turismo pode contribuir para o desenvolvimento de uma região, dependendo da forma como é concebido e gerido. Na busca por uma iniciativa que consiga aliar o desenvolvimento do turismo com a proteção do patrimônio natural e cultural e, também, distribuir os benefícios econômicos nas regiões visitadas, diversas experiências vêm sendo realizadas pelo mundo, como alternativa ao turismo global, ao mesmo tempo em que surge uma demanda interessada por essa nova opção.

O processo de envolvimento das populações tradicionais é uma das grandes chaves para que o turismo seja praticado de forma ordenada. Porém, desde o início da concepção do projeto se deve ter a clareza de que o turismo não resolverá todos os problemas sociais presentes na dinâmica local.

Dessa forma, objetivo central do presente trabalho é compreender como o planejamento e a gestão do turismo no âmbito da Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais, no Rio Grande do Norte, vem sendo desenvolvido sob a ótica da inclusão social das populações tradicionais do entorno.

Para tanto, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sendo de caráter exploratório e descritivo. Como instrumento de coleta foi utilizada a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, tendo como população intencionalmente elegida, os atores sociais vinculados à atividade turística. Além disso, procedeu-se a apreciação de documentos oficiais e legais da UC. Para análise dos dados, fez-se o uso do método de análise de conteúdo baseado nas dimensões da inclusão social no turismo desenvolvidas pelos autores Sancho e Irving (2011). Estas etapas foram realizadas entre 2016/2 e 2017/1.

A identificação dos entrevistados foi feita por meio de uma codificação, a fim de que os respondentes não tivessem suas identidades reveladas, mas que se pudesse identificar em qual segmento da comunidade ele pertencia. Desse modo, o código [A1] foi utilizado para designar os empresários locais, [A2] pescadores, [A3] orientadores turísticos, [A3] presidentes

de associações, [A4] representantes da sociedade civil e [A6] conselheiros do Conselho Gestor (CG) da APA.

Por fim, ainda como instrumento de coleta de dados foi feita uma pesquisa de observação não participante por meio das reuniões do conselho gestor da APARC. Este instrumento consiste que o pesquisador tome contato com a comunidade, grupo ou realidade estudo, mas sem integrar-se a ela (Marconi & Lakatos, 2003). Então, foi possível participar de duas reuniões do CG da APA e, na oportunidade, foram feitas gravações por *smartphones*, anotações e conversas informais com os conselheiros.

INCLUSÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM DEBATE SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

No cerce da discussão acerca das populações tradicionais em UCs, é pertinente conceituar o significado dado às populações tradicionais, tendo em vista que não há um consenso acerca da conceituação dos termos de populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais, além de que se confunde bastante com o conceito de comunidade, dessa forma, este estudo apoiou-se em dois conceitos. O primeiro citado por Diegues e Arruda (2001) que define como “grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza” (p.27). E o segundo escolhido foi o da legislação brasileira a partir do Decreto nº 6.049 (2007) que entendido como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A preocupação com as "populações tradicionais" que vivem em UCs é relativamente recente no Brasil, pois até pouco tempo eram consideradas "caso de polícia" e deveriam ser expulsas da terra em que sempre viveram e foram transformadas em parques e reservas. Essa visão preservacionista "pura" em oposição a outra visão de UCs integrada à sociedade reflete a própria constituição e história do conservacionismo brasileiro. A partir de meados dos anos 1980, começa a surgir outro tipo de ambientalismo, mas ligado às questões sociais. Esse novo movimento é mais ativo e surge no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar. Esse novo ambientalismo é muito crítico do modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza que teve seu apogeu durante o regime militar (Diegues, 1997, 2000b, Medeiros *et al*, 2006).

Em se tratando de inclusão social é pertinente fazer alusão a Irving e Mendonça (2004) e Irving (2010), que afirmam que a promoção de inclusão social está diretamente ligada a formação de uma consciência crítica e cidadã na sociedade que contemple aspectos relacionados a educação, a ética, a solidariedade a responsabilidade nas ações e no compromisso com os direitos e interesses coletivos, de forma que o cidadão passe a assumir um papel central e decisivo, ao lado do poder público, no processo de desenvolvimento do país.

Ainda sobre isso, Irving (2010) reafirma que nessa lógica, o compromisso de inclusão social pressupõe a articulação de políticas econômicas, sociais e também ambientais, integrando questões relacionadas à inserção (ou reinserção) no mercado e ao fortalecimento da noção de cidadania e dos espaços de participação social, de maneira a possibilitar a minimização dos processos que levam a desigualdade social. E para tal, o ponto de partida parece ser o reconhecimento de que o conflito faz parte das sociedades humana e que, se este não for explicitado, radiografado e discutido, não será possível uma construção de políticas públicas consistentes, baseadas na realidade e nas dinâmicas sociais a ela associadas.

Quadro 1: Dimensões para interpretação da inclusão social no turismo

DIMENSÕES	TEMAS DE ANÁLISE
Política	<ul style="list-style-type: none"> • Formação cidadã no sentido de adquirir condições efetivas para participar e se fazer representar na esfera política • Espaço para o exercício dos direitos e deveres do cidadão • Descentralização de poder e das ações por parte dos órgãos governamentais • Acesso ao processo de tomada de decisão por todos os atores sociais envolvidos no desenvolvimento do turismo.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente nos destinos turísticos; • Proteção e conservação do patrimônio histórico artístico cultural das destinações turísticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação dos recursos renováveis; • Acesso a visão coletivo do patrimônio natural • Incentivo a adoção de práticas sustentáveis de conservação dos recursos não renováveis
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento/melhoria das relações sociais; • Prevenção/combate aos problemas sociais gerados pelo turismo (violência, tráfico de drogas, prostituição, exploração sexual infantil e etc.); • Prevenção contra exploração de turistas
Humano	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a oportunidades de se fazer turismo • Educação como meio de inserção no mercado de trabalho • Acessibilidade a novas tecnológicas • Acesso aos meios de créditos • Investimento na melhoria das infraestruturas básicas e turísticas
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da oferta de empregos; • Emprego reconhecimento pela legislação • Estabilidade nos postos de trabalho

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Sancho (2007), Irving (2010), Sancho e Irving (2011)

Sancho (2007), Irving (2010) e Sancho e Irving (2011) abordam a temática da exclusão social como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura de vínculos, em quatro dimensões e perspectivas da existência humana em sociedade: trabalho, social, política e cultural. A vulnerabilidade do trabalho recai sobre o aumento do desemprego, do emprego precário e da instabilidade a ele associada. Com relação à dimensão social, há a ruptura e/ou fragilização das relações familiares, de vizinhança e no interior do grupo social, levando o indivíduo ao isolamento e a solidão. Na dimensão política, as trajetórias envolvidas se baseiam na precariedade no acesso e no exercício dos direitos de cidadão e na impossibilidade de participação e representação na esfera pública. Na dimensão cultural, exclusão se caracteriza pela indiferença, discriminação e pelo não reconhecimento dos costumes e tradições culturais de um determinado grupo social. Além dessas dimensões, a interpretação do tema exclusão/inclusão social requer ainda uma nova leitura sob a perspectiva das dimensões ambiental e simbólica. Assim, para se pensar mecanismos futuros para a avaliação de políticas públicas de proteção da natureza, em sua vertente de inclusão social, algumas dimensões de análise precisam ser consideradas e estão sistematizadas no quadro 1.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da atividade turística em UCs pautado no planejamento adequado e com devida organização pode se constituir em uma relevante alternativa para a conservação da biogeodiversidade, promoção da inclusão social e redução da pobreza na sociedade contemporânea. Quanto ao planejamento e o desenvolvimento do turismo em UCs, é importante que seja pautada nos princípios da participação e inclusão social, de forma democrática e descentralizada, incluindo os diferentes atores sociais nos processos de tomadas de decisões.

Dessa forma, as populações tradicionais no entorno e no interior das UCs têm a chance de uma inclusão social, através de sua inserção nas atividades ligadas ao turismo, tendo em vista o crescimento do turismo em áreas naturais como afirma Mitraud (2003) o turismo em áreas naturais representa parte considerável da atividade turística praticada mundialmente; e o Brasil não é diferente. Nesse sentido, o turismo dirigido às áreas naturais assume destaque nas estatísticas dos órgãos oficiais internacionais e nacionais, registrando um crescimento da demanda da ordem de 20% ao ano, superando as taxas de crescimento do setor de turismo, em geral. Nos países da América do Sul, o aumento do turismo em áreas protegidas tem sido também crescente e, acompanhando essa demanda, muitas experiências criativas e inovadoras têm se desenvolvido.

Nesse sentido, é indispensável uma gestão eficiente vinculada a parcerias públicas e privadas visando proverem a infraestrutura necessária para que realmente possam influenciar de maneira positiva nas condições de vida dessas populações.

RESULTADOS

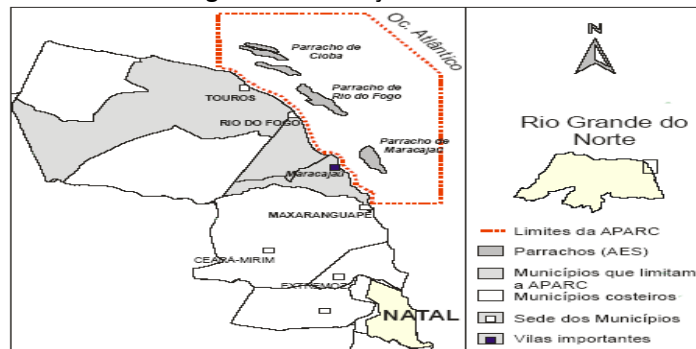
Este tópico ficou reservado para apresentação dos resultados do presente estudo. Está dividido em dois principais subtópicos, cada um destes apresentará: (1) inicialmente o processo de criação e os desafios da APARC (informações oriundas da pesquisa documental e reuniões do CG), (2) a percepção das comunidades residentes na APARC acerca da dinâmica do desenvolvimento do turismo e dos temas relacionados à inclusão social.

Processo de Criação das Unidades de Conservação

A Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) foi criada em 2001, por meio do Decreto N° 15.746, com o objetivo de proteger a região marinha que abrange a faixa costeira dos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros, no litoral norte do Estado. Com uma área de mais de 136 mil hectares, a APARC assegura a preservação da biodiversidade marinha presente na Unidade com a ocorrência de recifes de corais - considerado o mais diverso habitat marinho do mundo. Ela engloba três parrachos (nome dado popularmente aos recifes de corais pelas comunidades): Cioba, Maracajaú e Rio do Fogo. A qual está localizada na plataforma rasa adjacente aos municípios de Rio do Fogo, Touros e Maxaranguape (ver figura1).

Inicialmente o processo de criação da APARC foi uma demanda do primeiro empresário que operacionalizou os passeios nos recifes de corais, antes disso, o pioneiro dos passeios realizava suas atividades pesqueiras na praia de Maracajaú, logo percebeu que a comunidade existe potencial para o desenvolvimento do turismo por meio dos passeios aos recifes de corais (Silva, 2009).

Figura 1: Localização da APARC.



Fonte: Amaral et al, 2005.

Após o início das atividades de mergulho e passeios nos recifes de corais, o local foi ganhando visibilidade para potenciais investidores, desse modo, como medida de controle o empresário resolveu solicitar aos órgãos competentes que a localidade fosse transformada em uma área protegida. Feito isso, como já citado, o decreto de criação ocorreu no ano de 2001, porém, no período de 2001 a 2007 não houve atuação na área, somente em 2008 foi quando se iniciaram as atividades de gestão da APARC (Silva, 2009).

A criação da APARC, apesar de ter sido uma solicitação de um indivíduo que viu a necessidade a partir do crescimento do turismo, necessitaria de intervenções em prol da conservação dos recursos naturais e da manutenção das atividades locais. Portanto, observou-se que a criação implicou exclusivamente na proteção e no controle dos recursos naturais, que no caso da APARC são os recifes de corais. Isto significa que a criação da APARC não contemplou a participação da comunidade em seu processo, ou seja, uma condução imposta que resultou conflitos sociais, devido à falta de conhecimento os moradores, pescadores, “bugueiros” e demais veem o órgão competente como um punidor ou proibitivo, pois o processo não foi conduzido de modo participativo de maneira que as comunidades tomasse posse do que estava sendo realizado.

Além disso, como a criação da APA ocorreu em paralelo com o desenvolvimento do turismo, os moradores das comunidades, sobretudo os pescadores que foram os que se sentiram mais prejudicados, tiveram a percepção que a APARC foi criada para beneficiar exclusivamente os empresários. Pois até aquele presente momento apenas eles tinham permissões para realizar os passeios, enquanto isso, os pescadores sofriam limitações e proibições para realizar suas atividades pesqueiras nos recifes de corais.

Nesse processo de criação, primeiramente a atividade turística foi ordenada, que foi uma demanda dos empresários, ao mesmo tempo as questões dos pescadores foram deixadas em segundo plano, desse modo, houve geração de mais conflitos e insatisfação das comunidades com a gestão da APARC. Até então nada teria sido feito em relação a inserção das comunidades, sobretudo dos pescadores na atividade turística, depois de muitos conflitos e solicitações, a questão da permissão e cotas para os pescadores realizarem os passeios foi sendo analisada pelo Conselho Gestor, portanto ficou decidido que os pescadores também teriam oportunidade de operacionalizar os passeios, depois de adaptações nas embarcações, qualificações e etc.

O diagnóstico turístico da APA relata que ainda existem conflitos entre pescadores e empresários, pois os pescadores acusam os empresários do setor de mergulho de extrapolarem a quantidade de turistas que estes podem levar ao parracho, o que pode causar

aspectos e impactos ambientais. Os empresários de setor de mergulho, por sua vez, acusam os pescadores de pescarem com apetrechos ilegais nos recifes de corais, o que também pode causar aspectos e impactos ambientais. Ainda segundo os pescadores a área dos recifes de corais onde ocorre o passeio está “acabada” em comparação ao restante da área. Eles também relatam que o óleo derramado das embarcações prejudica os recifes de corais.

Após diversos conflitos, a comunidade pesqueira de modo geral conseguiu se inserir e ser beneficiada com o turismo há pouco mais de 5 anos. A operacionalização dos passeios se dá por meio de cota, essas estão divididas entre empresários e pescadores, são 880 cotas por dia, 220 para os pescadores, e 660 para os 4 empresários da comunidade de Maracajaú. Em Rio do Fogo estão em fase de cadastramento dos pescadores para realizar os passeios, em Perobas (comunidade pertencente ao município de Touros), já são realizados os passeios, na comunidade são 100 cotas por dia, metade para o empresário local e a outra metade para os pescadores da comunidade. Além disso, para os antigos pescadores que não estão operacionalizando os passeios, eles atuam como orientador turístico nas comunidades, que no caso se resume a abordar os turistas para vender passeios.

O que pode ser observado é que as questões de conflitos existentes no processo de criação da APARC é a falta de conhecimento esclarecimentos por parte dos moradores/pescadores/bugueiros. Tal fato é evidenciado pela ausência das políticas públicas participativas por parte dos órgãos administrativos municipal, estadual ou federal, sendo assim, não tem tornado os processos de forma participativa, que inclusive são princípios assegurados no SNUC que em muitos casos são omissos.

Percepção dos Atores Sociais acerca do Desenvolvimento do Turismo na Aparc

Este tópico ficou reservado para mostrar a percepção das comunidades do entorno da APARC acerca da inclusão social por meio da atividade turística. Portanto, foi investigado junto aos atores sociais, por meio das entrevistas semi-estruturadas, suas opiniões sobre os seguintes aspectos: cultural, ambiental, política, social, humana e trabalho.

Dimensão Cultural

A primeira categoria a ser analisada será a Cultural, essa é composta por dois principais temas, a saber: reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente nos destinos turísticos e a proteção e conservação do patrimônio histórico artístico cultural das destinações turísticas. De modo geral, foi questionado aos respondentes sobre o reconhecimento do local por meio da frequência de

visita e atividades realizadas no entorno da APARC e a representação e importância do local de modo individual e coletivo.

Sendo assim, foi possível averiguar que a população local tem acesso aos recursos naturais e turísticos, pois todos responderam que frequentam os locais, os moradores da APARC frequentam os parrachos para lazer, e, além disso, para os que trabalham nas embarcações realizam seus trabalhos diários na operacionalização dos passeios. Sendo assim, verificou que as comunidades têm acesso e fazem usos dos recursos naturais e turísticos, e não apenas usos econômicos, mas também para lazer. Isso se torna importante para a promoção da inclusão social, uma vez em que os recursos não são restringidos apenas para os turistas, porém é necessário que as comunidades sejam sensibilizadas de modo que venham utilizar de maneira adequada, evitando assim, impactos nocivos ao ambiente natural.

No tema Reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições da população residente nos destinos turísticos, foram feitas duas perguntas, a primeira, no sentido mais individual, o que o parracho representa para você? E no sentido mais coletivo, você acha que o parracho ou as dunas são importantes?

Na APARC, o parracho é o principal recurso natural para o desenvolvimento do turismo nas comunidades, portanto, todas as respostas respaldaram os recifes de corais como uma fonte de renda, como pode ser visto a seguir:

“[A4] Toda a sustentabilidade de Maracajaú está através dos recifes de corais”,

“[A5] Fonte de renda”

“[A1] É uma atividade de renda, eu faço a exploração dos corais” e

“[A2] [...] hoje em dia, apareceu mais esse emprego para nós aqui, para sobreviver melhor do que a pesca né”.

Diante das respostas, o que se pode observar é que elas são atribuídas exclusivamente para a geração de ganhos econômicos por meio do uso dos parrachos, inserida numa lógica de mercado, convergindo a ideia de que o turismo é uma atividade apenas de ganhos financeiros, negligenciado outros benefícios que a atividade pode gerar, como a conservação dos recursos naturais, valorização do território e da cultura local. Mas para isso, é necessário planejamento adequado e correto, gestão descentralizada e compartilhada, e prática dos princípios da inclusão social.

As repostas para o segundo questionamento era se as dunas ou parrachos aferia alguma importância de modo coletivo, todos consideram que a dunas e os parrachos é de suma importância para a comunidade. Pois, como já mencionado anterior, as dunas como os recifes de corais foram o principal meio para o desenvolvimento do turismo, e isso foi de

extrema importância para as comunidades, pois muitas dessas tiram o seu sustento familiar por meio das atividades a partir do turismo.

Na APARC foi possível resgatar dois depoimentos que comprovam essa discussão, tais como:

“[A5] *As dunas são importantíssima, a comunidade não existiria se não houvesse as dunas*”

“[A2] *Sim, muito, sem esses recifes de corais aqui era uma vila de pescadores, só tinha casa de taipa e o povo só sobrevivia da pesca*”.

Por isso, volta a afirmar da importância que deve se dá para atividade turística, e para o planejamento de modo participativo, onde todos os segmentos da sociedade, inclusive a comunidade local, participem de forma ativa e sejam consultados no processo da concepção até a implementação das ações de políticas públicas do turismo, de maneira que não só prevaleçam as ações do poder público e dos agentes de mercado que comandam de forma hegemônica a atividade, excluindo a possibilidade de considerar o residente enquanto agente ativo e participante da gestão do espaço turístico.

Dimensão Ambiental

Arelado a essa categoria cultural, a próxima foi a ambiental, composta pelos seguintes temas, Conservação dos recursos renováveis; Acesso a visão coletiva do patrimônio natural e Incentivo a adoção de práticas sustentáveis de conservação dos recursos não renováveis. Nessa categoria, houve perguntas no sentido de reconhecimento do que seria uma APA, se tinha conhecimento que o local fazia parte de uma APA, se considera isso importante, e se tinha acesso a informações das normas do local e se achava que o local estava conservado.

A primeira pergunta foi no sentido de investigar se os entrevistados sabiam o que seria uma Área de Proteção Ambiental, todos os respondentes de ambas as APAs, afirmaram o que seria uma APA, e, além disso, sabiam que os recifes de corais faziam parte de uma área de proteção ambiental. Logo em seguida, foi questionada a importância disso para a conservação dos recursos naturais.

Quadro 2: Resumo das respostas referente a importância dos recursos naturais fazer parte de uma APA.

<p>APARC</p>	<p><i>“Porque no momento em que a área é preservada, preserva a vida marinha e os seres humanos também, ne?”</i> <i>“É importante por causa que nós tem uma segurança que daqui a 20 anos vai continuar como hoje. Porque tem a fiscalização ambiental e cuidando e tomando de conta”.</i> <i>“Vai proteger mais atividade turístico, apesar que os homens vivem destruindo, as pessoas não respeitam as áreas protegidas”</i> <i>“Porque precisa ne? preservação para futuras gerações. E para que esse trabalho se desenvolva por mais tempo. “</i></p>
--------------	--

Fonte: Dados de pesquisa, 2017.

Diferente do cenário que foi apresentado no processo de criação das UCs verificou-se que as comunidades têm conhecimento que o local onde moram faz parte de uma APA, acredita-se que para chegar a esse nível de conhecimento, passou considerável tempo para que todos pudessem ter esse conhecimento. Isso mostra ser um resultado relevante uma vez que o conhecimento é disseminado, então as comunidades são conscientes que no local existem regras que devem ser cumpridas em favor da conservação, e que os próprios moradores possam se tornar potenciais agentes fiscalizadores, podendo verificar os usos inadequados nas localidades.

Quanto a importância dada as dunas e os parrachos fazerem parte de uma APA podem associar as categorias de ajuda a preservar/conservar o meio ambiente, assim como também a vida marinha e por fim pode garantir a continuidade das atividades turismo e pesca, e que as futuras gerações possam ter acesso aos recursos naturais.

Logo, foi perguntado se consideravam que os locais estavam conservados, as respostas referentes as duas UCs foram bastante semelhantes. Por meio das respostas foi possível perceber que os moradores consideram que o local está conservado comparado com anos atrás, quando não existia ação nenhuma em prol da conservação, porém mesmo considerando o local conservado, ainda acham que muito poderia ser feito, sobretudo na fiscalização dos parrachos. Nos parrachos na APARC, existe o monitoramento das cotas diárias, que é a contagem de turistas que embarcam por dia, porém não é suficiente para combater as práticas inadequadas, onde a fiscalização ostensiva deveria existir na plataforma flutuação que é o local que os turistas realizam o mergulho.

É necessária realização contínua de monitoramento em UCs, considerado um ponto positivo no que tange ao gerenciamento, dessa forma, o Faria (2004) faz alusão que o monitoramento envolve a avaliação de um objeto ou fenômeno de natureza biológica, exata ou humana, mas, sobretudo no processo de repetição da observação, no espaço e no tempo, mediante o uso de procedimentos metodológicos para a coleta e comparação de dados. É uma ciranda que, ao ser iniciada, entusiasma os sujeitos dessa ação, porque estes veem que os resultados foram válidos e aproveitáveis.

Deste modo, os gestores e técnicos devem internalizar o monitoramento como instrumento imprescindível para conhecer e saber decidir (e quando ir), visando retroalimentar melhorar a efetividade da gestão de modo consistente e sistemático (Faria & Pires, 2007).

Nesse sentido, é pertinente a realização de pesquisas científicas para a geração de conhecimento que possa contribuir para a administração das UCs, sobre isso, Pauda e

Chiaravalloti (2010) no manejo das UCs, o conhecimento tem a mesma importância que na sociedade. Quando usamos informação gerada por povos tradicionais ou cientistas, há mais garantia de que eles já foram testados e, conseqüentemente, as ações serão mais efetivas, uma vez que esses dois tipos de conhecimento vêm sendo construídos há centenas de anos.

Portanto, é essencial se apropriar do conhecimento científico e tradicional para o gerenciamento e do manejo das UCs. Em consonância com isso, a eficácia da gestão está fortemente relacionada com o acesso de informações, que por sua vez devem ser apresentadas na forma de documentos (digitais e analógicos) e serem acessíveis para consulta de técnicos e cidadãos. Contudo, todos devem englobar o conjunto de informações relacionadas ao ambiente natural e construído, dentro e no entorno da unidade de conservação com suas características físicas, sociais e econômicas (Debetir & Orth, 2007).

O que pode ser analisado nessa dimensão ambiental, que para compor na promoção da inclusão social do turismo em áreas naturais protegidas, é que o trabalho deve ser contínuo, realizando ações relacionados a conscientização e sensibilização das comunidades sobre a importância da conservação do monumento natural, para o desenvolvimento da atividade turística. Essas ações devem contemplar a valorização da produção local e o fortalecimento dos aspectos relacionados ao patrimônio natural e pautados nos princípios da sustentabilidade.

Nesse sentido, é importante que o planejamento turístico possa facilitar a criação de programas que congreguem a geração de emprego e renda, mas que também possam incluir a valorização dos aspectos culturais das populações residentes, da conservação dos recursos naturais e adoção de práticas responsáveis ambientalmente.

Dimensão Política

Como terceira categoria do tema central da inclusão social, será realizada a discussão da dimensão política, que considerou temas como: Formação cidadã no sentido de adquirir condições efetivas para participar e se fazer representar na esfera política; Espaço para o exercício dos direitos e deveres do cidadão; Descentralização de poder e das ações por parte dos órgãos governamentais; e Acesso ao processo de tomada de decisão por todos os atores sociais envolvidos no desenvolvimento do turismo.

O primeiro questionamento realizado aos respondentes foi se tinha conhecimento de quem tomava as decisões acerca do que deveria ser feito ou não dentro da APA. Em sua maioria, responderam ser o IDEMA, que é o órgão estadual responsável pela gestão das APAs, mas ainda tiveram aquelas que responderam ser o IBAMA, pois associam esses dois órgãos

como sendo apenas um, porém existe diferenças, o IBAMA é uma das instâncias de governança que faz parte do conselho gestor das APAs, ainda citaram ser a prefeitura dos municípios, Marinha e entre outros. Mas como o mais citado foi o IDEMA, devido está próximo das comunidades, e pelo fato de estar convocando e realizando as reuniões.

Logo, foi perguntando se a opinião da comunidade era levada em considerações nas tomadas de decisões sobre a APA.

Na APARC, foi possível encontrar depoimentos relatando que a comunidade é ouvida, como, os dois a seguir:

“[A1] Acredito que sim, eles têm uma participação ne, e a opinião deles é de extrema importância”.

“[A1] Está sendo ouvida, “ta” começando a conscientizar as pessoas, que o turismo traz boas coisas”.

Outro depoimento isolado relatado na coleta de dados é que a comunidade não é ouvida, e para que a comunidade seja ouvida e ter seus direitos garantidos, no caso da APARC, foi preciso manifestações e confrontos, para os pescadores também pudessem operacionalizar os passeios como mostra no depoimento a seguir.

“[A2] É não, o IDEMA não dá ouvido a comunidade de nada não, marca reunião ai, o que eles querem ai, como já aconteceu muito ai, para gente conseguir o direito dos passeios aqui, debatemos com o IDEMA, fizemos barricadas ai, eles chegaram, alvejaram, foi em cima de bala ai, eu fui o que provei e provei e na reunião eu “tava” na hora peguei a capa da bala, e comodante chegou, e perguntou se tinha prova, chamei ele no posto, e mostrei a duas capas de balas. Disseram que vieram apoiar a gente, mas não veio. Vieram atirando, a polícia ambiental. A gente não é bandido, a gente só quer trabalhar, ninguém atender ninguém mal, recebemos do menor ou maior”.

Nesse sentido essa não é a forma adequada para solicitar os direitos que já são assegurados, o que se deve ser realizado, é a inclusão das comunidades em todo o processo, visando garantir os seus direitos, esclarecendo os seus deveres, e sendo beneficiada de forma equitativa.

Para se alcançar o desenvolvimento equilibrado do turismo, em consonância com os preceitos da conservação das áreas naturais, é necessário estabelecer mecanismos de planejamento e de gestão ambiental dinâmicos, flexíveis e integrados. O planejamento deve garantir, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais e o uso turístico em harmonia com os interesses e necessidades dos diversos atores sociais envolvidos (Fontoura & Simiqueli, 2006).

Por fim, foi investigado se os respondentes participaram de alguma reunião que se tratasse de assunto referente ao turismo na APA. Em sua maioria participaram de reuniões, tanto realizadas pelo IDEMA ou pela prefeitura, todos responderam ter participado mais de

três reuniões. Em seguida, foi perguntado se essas reuniões surtiram algum efeito do que foi debatido, alguns responderam que sim, além disso, foi dada importância a essas reuniões devido ser um momento importante para debater ideias e também uma oportunidade de serem ouvidos.

“[A6] Eu sou positiva, se ainda não estivesse elas ainda estaríamos pior. Em verdade as pessoas reclamam muito, mas eu acredito que é através do processo democrático de discussões de fóruns, que minimamente podemos tá junto, pior se não acontecesse, nós temos um país que desde constituição é dado essa abertura, e realmente é preciso que a gente de fato aproveite essa participação dentro desse processo democrático.”

Enquanto uns não acreditaram que os encontros foram proveitosos, pois nada que foi solicitado foi realizado.

“[A1] As reuniões ficam muito na teoria e nada na prática”.

“[A4] Não acho proveitosa, não surtiram efeito, porque fica só na teoria, nada sai do papel, nada na prática, é raro sair do papel para prática, por exemplo esse projeto de sinalização turística é, é necessário é, mas é mal feito, começou e não terminou, temos o pórtico, todos foram instalados, mas nenhum terminados.”

É comum se deparar com depoimento dessa natureza, uma vez em que a morosidade do poder público quanto às demandas que são solicitadas pela comunidade ou pelo conselho gestor de modo geral é um fato recorrente na gestão de UCs, o que se almeja é que as prioridades sejam executadas e que essas possam beneficiar todos os envolvidos, sobretudo, atender os anseios das comunidades.

Dimensão Social

Para esta dimensão, a social, foram selecionados temas que correspondem a benefícios e malefícios que o turismo pode gerar em uma determinada localidade, nesse sentido, foram feitos questionamentos se o turismo traz benefícios ou malefícios sociais e se o turismo deveria acabar ou continuar nas comunidades pesquisadas.

Para o primeiro questionado foi realizada a pergunta se o turismo trazia alguns benefícios sociais para as comunidades, foi possível observar nas respostas considerável parte confundiram ou associaram benéficos sociais com os benéficos econômicos, porém, teve um depoimento muito esclarecedor de um respondente que mostrou a lógica do real desenvolvimento do turismo nas comunidades.

“[A5] Na perspectiva social não, ainda não, muito pouco, porque o turismo ainda não tem o foco social, tem poucas empresas que tem essa visão que visa isso. O turismo na vertente aqui, na verdade houve uma inversão de valores, porque o que a gente ouve dos mais velhos, que o turismo antes de está aqui com toda veemência, as pessoas eram mais sociáveis, tinha mais festas culturais, mais eventos, as pessoas eram mais ligada a igreja, especificamente a igreja católica

que sempre esteve teve aqui, pessoal diz que antes tinha uma pracinha, sentava, dialogava, tinha festas tradicionais, e com a chegada do turismo, a gente observa que é muito resistente daqueles que ainda querem preservar as questões culturais e social, mas o turismo aqui leva mais para vertente do capital”.

Esse depoimento traduz com bastante contundência a lógica atual do desenvolvimento do turismo, como já mencionado anteriormente, o turismo segue um desenvolvimento na lógica do mercado, centrando sempre na ideia o capitalismo, vale ressaltar que, apesar de ser uma atividade econômica, o turismo pode ser praticado a partir da premissa da inclusão social, não tendo essa visão, o que se vê é que a atividade turística tem alavancado impactos nocivos as comunidades, pois há uma tendência a desvalorização das características culturais das populações originais do lugar turístico.

No turismo a comunidade ganha ou pelo menos deveria ganhar no processo de desenvolvimento da atividade turística como alternativa econômica e social. Para melhor desenvolvimento do turismo, é necessário que a comunidade local esteja inserida no processo de tomadas de decisões do planejamento turístico, feito isso, o turismo deixa de ser de forma vertical, ou seja, uma política imposta negligenciando os desejos e anseios da comunidade, e passa a ser de forma horizontal, onde a população residente participe do planejamento.

A participação da comunidade se dá por meio da organização de associações para fortalecer, reivindicar seus direitos visando o bem-estar de todos envolvidos como também garantir o acesso e a inclusão das futuras gerações. Essa perspectiva vai de encontro com o desenvolvimento local a partir da escala humana bastante discutida por Boisier (2003), onde afirma que esse desenvolvimento (desenvolvimento em uma escala humana) é concentrada e baseada na satisfação necessidades humanas básicas, níveis de geração de aumento da autossuficiência e articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e os, processos globais pessoais com comportamentos locais, de tecnologia com sociais, de planejamento com autonomia e da sociedade civil com o Estado.

Além disso, foi possível coletar vários depoimentos que infere essa visão que o turismo só traz benéficos econômicos, quando perguntado quais benefícios sociais o turismo poderia trazer. Obtiveram-se as seguintes repostas:

“[A1] Fonte de renda”

“[A2] Empregos e renda”

“[A5] Financeiro, na medida em que o turismo vem e faz divulgação da área. E tem resultado para a pessoa que vive aqui do turismo.”

“[A1] O financeiro, o dinheiro rola dentro de Maracajaú.”

Em seguida foi pergunta se o turismo trazia algo de ruim, tiveram repostas, como: *“[A2] Lixo, unir mais e ajudar mais o local”.*

“[A2] É o lixo é o malefício maior”.

“[A1] Violência e roubo, como não tem segurança, piora um pouco”.

“[A1] O turista quando começa a vim ele o assaltante vem atrás o ladrão vem atrás dos turistas para roubar. A droga acompanha, querendo entrar, por exemplo, Maracajaú, Maracajaú hoje o povo é tudo assombrado. Não tem segurança, o prefeito não coloca policial, não tem delegacia.”

“[A6] Degradação do ambiente, da cultura”.

Logo, foi perguntado se o turismo deveria acabar, e por unanimidade, responderam que não, sendo que a principal justificativa para não acabar, é devido atividade turística ser a principal atividade de contribui para a geração e emprego e renda para as comunidades.

Vale ressaltar que apesar do discurso político expressar uma visão propensa e otimista quanto o potencial do turismo para a promoção da inclusão social por meio dos benefícios sociais como desigualdades sociais, combate à pobreza, violência, fome e exploração sexual, as políticas públicas deixam muito a desejar, pois é um tema abordado de forma objetiva e superficial. Além disso, apresenta um discurso na perspectiva da lógica do mercado e do capitalismo excludente, que está direcionado e prioriza os aspectos econômicos em detrimento aos sociais.

Nem mesmo o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que intenta viabilizar, entre outras questões, a inclusão social obteve êxito em suas proposições, já que, conforme Tomazin e Beni (2017, p. 93), “o PRT limitou-se a uma política pública abstrato-formal, devido a sua concepção de regionalização como roteirização restringindo-se a induzir ações de interesse dos empresários do turismo, não contemplando um planejamento integral para atender a totalidade dos territórios, muitos menos, em possibilitar ações perenes de inclusão social, forjadas por uma prática emancipatória”.

Dimensão humana

Esta categoria reuniu questionamentos acerca dos seguintes temas: Educação como meio de inserção no mercado de trabalho; Acessibilidade a novas tecnológicas; Acesso aos meios de créditos e Investimento na melhoria das infraestruturas básicas e turísticas.

O primeiro questionamento realizado foi se o respondente já teve oportunidade de participar de algum curso na área de turismo, de modo igual, os respondentes já participaram de curso voltado para o turismo em diversas áreas, como alimentos, atendimento ao cliente, recepção, hotelaria, turismo sustentável, vendas e hospitalidade. Alguns cursos foram de iniciativas de prefeituras locais, através do Sebrae e Senai e outros por iniciativa própria.

Foi possível entrevistar dois bacharéis em turismo, uma formada pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e outro pela Universidade Potiguar, ambos são empresários locais [A1] no ramo do turismo, uma na área de passeios turísticos e outro na área de

alimentos e bebidas. Os turismólogos afirmaram que se qualificaram após já terem iniciado suas atividades profissionais na área do turismo, logo, viram a necessidade de se capacitar e resolveram fazer um curso superior na área.

A promoção de ações de qualificações na área do turismo se torna um elemento essencial para que consiga atingir o objetivo da inclusão social, uma vez existindo a capacitação da população local facilita a inserção do mercado de trabalho, e, além disso, garante novas conquistas e oportunidades profissionais, podendo ser por meio de postos de trabalho como também pelo o empreendedorismo.

Em seguida foi possível investigar se os respondentes já tiveram oportunidade de participar de alguma linha de financiamento para aquisição de equipamento e modernização dos equipamentos turísticos ou setores de crédito para impulsionar sua atividade econômica.

Os respondentes da APARC nenhum participou de alguma ação de financiamento ou setor de créditos, todos afirmaram que iniciaram suas atividades por meio do capital próprio. Para o desenvolvimento do turismo é de suma a oferta de microcrédito e orientação para o empreendedorismo, mas por dificuldade de acesso, muito desistem e procuram iniciativa própria.

Apesar de que o Ministério do Turismo, por meio das políticas públicas, oferece linhas de financiamento destinadas a aquisição ou modernização de utensílios e equipamento para o turismo, como pode ser citado o FCO Empresarial – Turismo regional; Cartão BNDES; BNDES Automático; Finame – Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos; Finem – Financiamento a Empreendimentos; FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo; PROGER Turismo; Programas de financiamento ao turismo sustentável; Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional e o Programa de Financiamento a Aquisição Isolada de Matérias-Primas e Mercadorias.

Em documento registra-se por meio da Política Nacional de Turismo 2013-2014 ação voltada a Incrementar as linhas de financiamento à iniciativa privada por meio do desenvolvimento de parcerias com instituições financeiras, entidades privadas e órgãos públicos, buscando a ampliação dos recursos e a adequação de linhas de crédito e outros instrumentos financeiros direcionados para o financiamento das atividades dos prestadores de serviços turísticos e do público final.

Por fim, para encerrar a análise da categoria foi investigado se os entrevistados conheciam alguma política pública de turismo (municipal, estadual e federal) com investimentos e ações destinados à implantação, revitalização e modernização da infraestrutura básica e turística.

Na APARC não foi possível levantar nenhuma ação, os relatos dos entrevistados é que nada foi realizada em prol do turismo nas comunidades, a não ser uma tentativa da construção de um pórtico de entrada na praia de Maracajaú, segundo alguns moradores foram investidos 158 mil, o pórtico seria construído ainda na BR 101, onde serviria para os orientadores turísticos recepcionarem os turistas e praticarem as vendas dos passeios, mas devido a insegurança dos orientadores ficarem na BR, a obra não foi dada a continuidade, só existe as ruínas.

Para que o desenvolvimento do turismo aconteça de forma adequada e satisfatória para os turistas e comunidade, é necessário que o planejamento contemple melhorias de infraestrutura básica e turística de modo que haja expansão dos benefícios socioeconômicos.

Dimensão Trabalho

Por fim, a última dimensão a ser analisada foi a do trabalho, nessa reuniu questionamentos referentes a oferta de empregos e postos de trabalhos na área do turismo. A importância do turismo para a economia local é atrelado a capacidade que a atividade tem de gerar emprego e renda para a população, prova disso, que a maior atribuição dada a atividade turística é ser uma atividade que amplia as oportunidades de ganhos econômicos.

Pensando nisso foi investigado quais os principais postos de trabalhos, a satisfação dos empregos e a importância do turismo para a economia local. Inicialmente foi questionada a quantidade de pessoas da família que trabalham e quantas na área do turismo. Na APARC foi possível investigar que a média de pessoas que trabalham em cada família foi entre 2 a 3 pessoas, na área do turismo ficando a mesma média, pois atividade turística é a que mais gera empregos.

Foi possível levantar diversos postos de trabalhos, em destaque foram empregos na área de alimentos e bebidas, restaurantes e quiosques, é o posto de trabalho que mais oferece empregos a população local. Em seguida o posto de trabalho mais citado foram os passeios turísticos, tais como passeios de buggy, dromedários e mergulho nos recifes de corais. Em sua maioria mostraram estar satisfeitos com as condições de trabalhos

Apenas existiram dois relatos que mostraram insatisfação, a saber:

“[A1] Poderia acrescentar em questões de infraestrutura, para o pessoal tem acesso a caixas eletrônicos. Tem mais segurança. Apesar de ser bastante explorado não tem infraestrutura, o cliente chega com cartão de credito, quer sacar não tem caixa eletrônico. Poderia ter feiras de artesanatos.”

As comunidades da APA não possuem serviços de caixa eletrônico disponíveis, devido a ausência de segurança na localidade e suscetibilidade para assaltos. Outro relato levantado

tem relação com a falta de divulgação dos destinos turísticos “[A2] *Não, poderia melhorar nosso ponto de trabalho e material de divulgação.*”

Outro fato que foi possível observar é que existe uma insatisfação quanto a permanência dos turistas nas comunidades, pois os turistas estão apenas de passagem quando realizam o passeio do *buggy* ou quando no passeio nos recifes de corais, após o término do almoço retornam para Natal, sem ter a oportunidade de permanecer mais na comunidade e poder movimentar mais a economia local.

Depois foi investigada a principal atividade que provia a renda familiar, e por unanimidade, foi o turismo, pois como já mencionado anterior, é a principal atividade econômica e a que mais gera emprego, apesar de que a maioria dos postos de trabalhos concentra-se em subempregos, tais como: garçons, cozinheira, auxiliar de cozinhar, auxiliar de serviços gerais e camareira. Essas atividades são as que a comunidade está inserida e, geralmente por falta de qualificação, percebendo salários desvalorizados, apesar do relato de que o turismo trouxe mais estabilidade financeira, comparada com as outras atividades que já eram praticadas antes do turismo, como agricultura e pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central compreender como o planejamento e a gestão do turismo na Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais - RN vêm sendo desenvolvido sob a ótica da inclusão social das populações tradicionais do entorno. Desde a concepção e processo de criação das APARC, constatou-se que as comunidades do entorno não foram consultadas e sequer participaram do processo de implementação da APA. O comunicado aos envolvidos foi feito quando a APA já estava instituída legalmente e, desse modo, é fato que os princípios da gestão participativa e dos critérios estabelecidos pelo SNUC não foram atendidos tendo, conseqüentemente, negligenciados o conceito da inclusão social expresso nas ações tal como dispõe nos documentos oficiais do governo.

Com relação a inclusão das comunidades do entorno da APARC na dinâmica do desenvolvimento do turismo, foi levado em consideração as dimensões da inclusão social no turismo, a saber: política, ambiental, cultural, social, humana e trabalho. O que foi observado a partir de tal análise é que o conceito de inclusão social no processo de planejamento e gestão do turismo na APARC se distancia do que foi discutido nesse trabalho. Dessa forma, pode-se afirmar que a inclusão social é um processo amplo e que está atrelado aos direitos da sociedade, de modo que os cidadãos passem a assumir o papel central, decisivo e participativo no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo.

No entanto, percebe-se que a inclusão social no turismo está vinculada, majoritariamente, a capacidade da atividade em gerar emprego e renda com a criação de

novos postos de trabalhos que o mercado turístico oferece. Nesse sentido, permite-se afirmar que a concepção desse conceito impera em uma abordagem econômica, ou seja, num discurso reducionista pautado na perspectiva industrial do turismo. Porém, o ideal da promoção da inclusão social estabelecida pela corrente teórica abordada nesse trabalho prevê uma visão que intenta superar esse conceito reducionista e propõe-se a refletir sobre a integração social entre os atores envolvidos com o turismo, as suas garantias de direitos sociais e participativos, a prática da cidadania, a participação ativa no processo de planejamento e gestão, a distribuição equitativa de benefícios e novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho com melhorias de qualidade de vida. Isto porque, a inclusão social envolve em seu conceito, princípios básicos como: acesso a educação, a serviços sociais, a saúde, a investimentos em infraestrutura básica e a direitos políticos.

Para tanto, é importante discutir e aprofundar sobre o turismo em UCs como ferramenta que potencializa a inclusão social, pois de acordo Sancho (2007) (que fez uma releitura de Escorel), pensar o turismo como um vetor de inclusão social é tentar compreendê-lo e analisá-lo sob a ótica de diferentes dimensões da existência humana em sociedade. É refletir, a partir do reconhecimento do seu potencial, sobre as possibilidades que pode alcançar, no âmbito da melhoria da oferta e condições de trabalho, fortalecimento das relações sociais, formação cidadã e política da população, reconhecimento e valorização das tradições culturais, acesso a condições mínimas de desenvolvimento humano e incentivo a adoção de práticas sustentáveis para a conservação dos recursos renováveis.

REFERÊNCIAS

- Arruda, R. (1997). "Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação". In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil.
- Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. São Paulo, FGV.
- Boisier, S. (2003) *El desarrollo en sul lugar*. Série Geolibros. Inst, de Geografia. Cidade: Pontificia Universidad Catolica di Chile.
- Diegues, A.C.S. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- Diegues, A.C.S. (2000a). *Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil.
- Diegues, A. C. & Arruda, R.S.V. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. MMA. Brasília.
- Diegues, A. C. S. (2000b). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- Debetir, E. & Orth, D. (Orgs.) (2007). *Unidades de Conservação: Gestão e Conflitos*. Florianópolis: Insular, pp. 11-66, 89-110.
- IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (2007). *Relatório técnico do monitoramento ambiental e de visitaçao nos parrachos de Maracajá*. Brasil, Natal.

IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (2015). Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=944&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Unidades+de+Conserva%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 25 de nov 2015.

Faria, H. H. & Pires, A. S (2007). *Atualidades em Gestão de Unidades de Conservação*. In Unidades de Conservação: Gestão e Conflitos. Org. Dora Orth e Emiliana Debetir. Editora Insular. Florianópolis, SC. 2007a. pg. 11-41.

Fontoura, L. M. & Simiqueli, R. F (2006). *Análise da capacidade de carga antrópica nas trilhas do Circuito das Águas do Parque Estadual do Ibitipoca – MG*. Monografia de especialização. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2006

Irving, M. A. (2010). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil?* Sinais Sociais, v.4, p.122 - 147.

Irving, M. A. & Mendonça, T. C. M (2004) Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 4, p. 12-22.

Lasso, L. A. G. (2008) *Unidades de Conservação e Inclusão Social: Do Dualismo Homem Natureza ao Caminho da Gestão Participativa na Estação Ecológica Carijós Florianópolis SC. – 2008*. Bibliografia: f. 138. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Lei nº 9.985, 18 jul 2000* (2000). Brasília, DF. Recuperado em 10 abril 2015 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Medeiros, R.; Irving, M.A. & Garay, I (2006). Áreas Protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a Inclusão Social. In: IRVING, M.A. (Org.). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio.

Mitraud, S (2003). *Manual de ecoturismo de base comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília, WWF – Brasil, 2003.

Sancho, A. (2007). Turismo: *Alternativa Efetiva de Inclusão Social?* Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil. Dissertação de Mestrado. EICOS/IP/UFRJ. Rio de Janeiro.

Sancho, A. & Irving, M. A (2011). *Interpretando tendências para a inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010*. In: Revista Geografias (UFMG), v. 7, p. 44 – 57. (ISSN: 2237-549X).

Silva, C. B (2009). *Análise da atividade turística desenvolvida na área de proteção ambiental dos Recifes de Corais – APARC*. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pro - Reitoria de Pós-Graduação. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA. Natal/RN.

Silveira-Junior, W.J.; Botelho, E.S. (2011). *Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR)*. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.4, n.3, 2011, p.441-462.

Tomazin, M. & Beni, M. C. (2017). Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: o caso do Programa de Regionalização do Turismo. *Revista CENÁRIO*, Brasília, V.5, n.8, 2017, p. 83-95.